

Reforma Trabalhista deixa 18 milhões de trabalhadores sem assistência e 150 mil desempregados



Fim da contribuição sindical compulsória acaba com a principal fonte de custeio dos sindicatos, que oferecem serviços de assistência social, administrativa e jurídica para trabalhadores e seus familiares, além de desempregar grande contingente de funcionários das entidades. Fere de morte as federações, confederações e as centrais que tem como única fonte de custeio a contribuição sindical. As entidades sindicais podem se ver obrigadas a fechar suas portas, com a aprovação da Lei 13.467/2017, que trata da Reforma Trabalhista, e que entrará em vigor em novembro deste ano.

Além de precarizar as relações capital e trabalho, acabar com a CLT, o projeto põe um fim principal fonte de custeio da organização sindical, podendo causar demissões em massa dos servidores das entidades, e decreta o fim das assistências, médica, odontológica, jurídica e administrativa oferecida aos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são 150 mil funcionários com carteira assinada nestes locais, dois maracanãs lotados de técnicos especializados que prestam serviços a 18 milhões de sindicalizados no Brasil. “Como que o Governo diz que está fazendo uma “reforma” para gerar emprego e automaticamente coloca mais de 100 mil trabalhadores na rua?”, questiona Danniell Vital, empregado de uma entidade sindical.

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, ressalta a importância do poder de negociação dessas entidades com o setor patronal, principalmente em acordos coletivos, além de outras prestações de serviços adicionais. Os acordos são firmados entre sindicatos de trabalhadores e laborais para definir as benesses e condições de

trabalho para todos os membros da empresa. O Congresso e a Presidência da República precisam pensar melhor nos trabalhadores e trabalhadoras que estão na eminência de ver os seus sustentos ceifados por projeto que teve origem no Executivo e que foi chancelado pela Câmara dos Deputados e Senado. Não é demais lembrar, que o sindicato é a única trincheira que os trabalhadores dispõe na defesa dos seus direitos, além de ser o órgão de orientação. Se não tivermos mais a representatividade sindical, o trabalhador terá que negociar diretamente com o patrão e sairá em prejuízo, pois o empregador oferecerá as condições que lhe convém, sem contraposta”, alerta.

Para o presidente da Nova Central, o corte de repasse aos sindicatos é mais grave do que se imagina. Ele coloca o trabalho de assistência das entidades como um braço de apoio às classes mais baixas, que dependem de serviços públicos essenciais, bem como as capacitações que aumentam a formação do funcionário. “Para se ter uma ideia, em algumas categorias, só o curso de qualificação profissional chancelado pelo sindicato já garante aumento automático de remuneração ao empregado, por deixá-lo com um perfil mais produtivo dentro da empresa.

Fonte: *NCST*

Projeto revoga dispositivo introduzido pela reforma trabalhista

Projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) revoga a prevalência da convenção ou de acordo coletivo de trabalho sobre a lei, modificação introduzida pela reforma trabalhista aprovada em julho último. O PLS 252/2017 está na Comissão de Assuntos Econômicos aguardando o recebimento de emendas. Para justificar o seu projeto, Paim afirma que “a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) já diz que o negociado é importante, respeitando as leis mínimas de um país. O acordo, a convenção coletiva, o próprio dissídio coletivo, vêm para ampliar direitos, e não para diminuir aquilo que já está consagrado na própria legislação”, esclareceu.

Fonte: *Agência Senado*

Previsão de salário mínimo para 2018 cai para R\$ 969

A revisão das projeções econômicas para 2018 levou o governo a reduzir o salário mínimo para o próximo ano. O valor de R\$ 979 que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) passará para R\$ 969 durante a elaboração do Orçamento. A redução ocorreu por causa da queda na projeção de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2017. No fim de julho, o governo tinha revisado a estimativa para a inflação oficial de 4,3% para 3,7%. Por lei, até 2019, o salário mínimo será definido com base no crescimento da economia de dois anos antes mais a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador próximo ao IPCA, do ano anterior. Como o PIB recuou 3,6% em 2016, a variação negativa não se refletirá no salário mínimo de 2018.

De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, o valor do salário mínimo pode mudar até o início do próximo ano. Segundo ele, o Orçamento trabalha apenas com estimativas. “O salário mínimo só será conhecido em janeiro. Até lá, várias coisas podem mudar”, declarou.

Fonte: Agência Brasil

CPI ouve prefeituras que mais devem à Previdência



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência recebeu na segunda-feira (14) representantes de municípios que estão entre os que mais devem ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Juntas, as dívidas de Guarulhos (SP) e Manaus (AM), por exemplo, superam R\$ 1,2 bilhão. As prefeituras responsabilizam as gestões anteriores pelo rombo. O secretário da Fazenda de Guarulhos, Peterson Aiello Ramos, explica que os débitos saltaram de R\$ 141,3 milhões em 2002 para R\$ 913,6 milhões em 2017. Segundo ele, a Prefeitura chegou a negociar o

pagamento com a União em 2002, mas não honrou o compromisso. A cidade ficou oito anos sem obter a Certidão Negativa de Débitos (CND), documento exigido para a contratação de novos empréstimos.

Neste ano, Guarulhos aderiu a um programa do governo federal que estende por 200 meses o parcelamento de dívidas dos municípios com a Previdência. De acordo com o secretário da Fazenda, os pagamentos têm sido feitos desde então. Mas isso compromete as políticas públicas. – Queremos ser adimplentes com a Previdência. Mas acho que era melhor não ter ganhado a eleição. Fomos para a rua e defendemos uma proposta de governo, mas agora vemos que é impossível cumprir o programa porque não dá para investir nada. Vamos ter que ter pagar, pagar, pagar, pagar – disse Ramos.

A dívida de Manaus com a Previdência é menor: R\$ 287 milhões. De acordo com o secretário da Fazenda, Lourival Litaiff Praia, a situação se agravou em 2004, quando o prefeito anterior deixou de pagar integralmente as contribuições ao INSS. A dívida chegou a R\$ 500 milhões. – A partir de 2005, a gente procurou a Receita Federal e o INSS. Em 2009, houve novo parcelamento. Naquele ano, o saldo devedor já era de mais de R\$ 600 milhões, contando os juros. De 2005 para cá, já pagamos para o INSS mais de R\$ 126 milhões. Desde que assinou o primeiro parcelamento, Manaus vem honrando suas obrigações – afirmou Praia.

Fonte: Agência Senado

Perdas de direitos dos aposentados serão debatidas na CDH nesta quinta

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove nesta quinta-feira (17) audiência pública interativa para debater as reformas previdenciária e trabalhista, com foco nas perdas históricas dos direitos dos aposentados. O pedido para realização da reunião foi do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH. Entre os convidados para tratar do tema estão o presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto MOSAP), Edison Guilherme Haubert; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto; o presidente da

Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPPREV), Antonio Rodrigues da Silva, além de representantes de sindicatos e especialistas. A audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Quem quiser participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania) e pelo Alô Senado, através do número-0800612211. A reunião está marcada 14h30 no Plenário 6 da Ala Nilo Coelho.

Fonte: *Agência Senado*

Gustavo de Oliveira Barbosa; e o secretário municipal de Administração e Tesouro do Município de Barcarena (PA). A CPI funciona desde abril deste ano e tem como finalidade investigar a contabilidade da Previdência Social e esclarecer as receitas e despesas do sistema. O prazo final de funcionamento da CPI é o dia 8 de setembro. A reunião está marcada para 9h, na sala 19 da Ala Alexandre Costa, no Anexo 2 do Senado. Será possível acompanhar a transmissão ao vivo em <http://senado.leg.br/ecidadania>.

Fonte: *Agência Senado*

CPI da Previdência ouve nesta quinta-feira representantes do Ministério da Fazenda



A Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência fará audiência pública na quinta-feira (17) com representantes do Ministério da Fazenda e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também está na pauta da reunião a deliberação de requerimento do relator, senador Hélio José (PMDB-DF). Na audiência pública, de caráter interativo, o relator da comissão pretende questionar as autoridades convidadas sobre a situação da Previdência Social.

Serão ouvidos Marcelo Caetano, secretário de Previdência do Ministério da Fazenda; Jorge Rachid, secretário da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; Leonardo de Melo Gadelha, presidente do INSS; Fábio Henrique de Sousa Coelho, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar; e Marcelo Fernando Borsio, representante da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Na segunda parte da reunião está prevista a deliberação do Requerimento (REQ) 287/2017, que convoca para a prestação de esclarecimentos à comissão o secretário municipal da Fazenda do Município de São Paulo, Caio Megale; o secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro,